

Cultura, ideologia e hegemonia: Antonio Gramsci e o campo de estudos da informação

Culture, ideology and hegemony: Antonio Gramsci and de information studies field

Ana Amélia Lage Martins

Pós-Doutorado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia –
IBICT/UFRJ.
Professora Adjunta do Departamento de Processos Técnico-Documentais da Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro – UNIRIO.
E-mail: anaamelialagemartins@gmail.com

Regina Maria Marteleto

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
Professora e Pesquisadora titular do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de
Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT/UFRJ.
E-mail: regina.mar2@gmail.com

Resumo

As concepções epistemológicas críticas, constituídas historicamente em diálogo com as ciências históricas, sociais e humanas, colocaram em questão os referenciais fisicista, biológico e cognitivista adotados pelas primeiras teorias da informação, atraindo para o centro do debate teórico e metodológico a dimensão social do objeto informacional, tal como a sua manifestação no terreno da cultura. Ao ressaltar o caráter eminentemente social – material e simbólico, técnico e semiológico – da informação e os processos históricos que regulam as ações informacionais em seus contextos, a cultura pode ser considerada, a partir dessa compreensão, como premissa para a própria fundamentação do polissêmico conceito de informação. Este artigo busca apresentar contribuições que a rede categorial que compõe o pensamento do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci, especialmente a relação entre cultura, ideologia e hegemonia, traz para este debate.

Palavras-chave: Informação e Cultura. Informação e Ideologia. Hegemonia. Gramsci.

Abstract

Critical epistemological conceptions, historically constituted in dialogue with the historical, social and human sciences, have questioned the physicist, biological and cognitivist references adopted by the first theories of information, attracting to the center of the theoretical and methodological debate the social dimension of the informational object, such as its manifestation in the field of culture. By emphasizing the eminently social, material and symbolic, technical and semiological character of information and the historical processes that regulate informational actions in their contexts, culture can be considered from this perspective as a premise for the foundation of the polysemic concept of information. This article seeks to present contributions that the categorial network that composes the thought of the Italian philosopher Antonio Gramsci, especially the relation between culture, ideology and hegemony, bring to this debate.

Keywords: Information and Culture. Information and Ideology. Hegemony. Gramsci

Para Gramsci, a liberdade de criação no domínio da arte é a condição necessária para a expressão real do conteúdo moral, social e político em que ela implica. A liberdade reivindicada por Gramsci nos quadros dessa motivação, para a *ciência em geral*, está de acordo com o princípio de que só a livre pesquisa pode levar a um saber autêntico¹

1. Introdução

Considerando o amplo espectro da discussão que problematiza a construção e a compreensão do objeto informacional a partir da cultura e as relações que a “moderna invenção da informação” (DAY, 2001) mantém historicamente com a produção das hegemonias, este artigo busca apresentar elementos que o pensamento do intelectual marxista Antonio Gramsci traz a este debate.

Dentre as suas diversas contribuições ao pensamento crítico sobre a hegemonia, a ideologia, o nacional e o popular, o papel dos intelectuais na construção de uma nova forma de compreensão dos princípios sociais e humanos, alinhado com os princípios teórico-práticos do marxismo, tem lugar importante a questão da cultura, a qual inquietou Gramsci em todo seu percurso, seja como teórico, jornalista, político ou militante.

Somente por meio da articulação com os conceitos fundamentais de sua teoria, construída sempre tendo em vista a prática política, é possível perceber a cultura como um eixo importante do pensamento gramsciano que, vislumbrado a partir da dialética base-superestrutura, enriquece e renova categorias tradicionais do marxismo. Para compreendê-la, é preciso, portanto, vislumbrá-la a partir de uma densa “rede categorial” (BARATTA, 2017) em que os conceitos se estruturaram uns aos outros. É a partir desta rede que ao longo do texto busca-se assinalar como a perspectiva gramsciana de cultura pode sustentar e situar historicamente a reflexão sobre as diversas questões informacionais.

Em um texto intitulado *Gramsci and us (Gramsci e nós)*, Stuart Hall alertava que Gramsci não traz respostas para os problemas de cada época e que, por isso, não se deve empregar as suas ideias como as de um profeta que apresentaria a citação mais correta para atender as dúvidas em relação ao tempo vivido, uma vez que o pensador e ativista marxista tem uma formação política única e específica, relacionada ao contexto histórico do seu tempo. Também, “especialmente porque o cerne do pensamento de Gramsci sempre foi o de recusar este ‘transplante’ leviano de generalizações, de uma conjuntura, nação ou época, para outra”

¹MACCIOCCHI, M. A. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 212.

(HALL, 2002, p. 227). O que se pode, segundo Hall (2002), é pensar à luz de Gramsci, ou seja, “de modo gramsciano” ou “gramscianamente”, os novos e permanentes problemas de cada tempo e espaço histórico.

Compartilhando a perspectiva de Hall, busca-se nesse artigo articular o modo “gramsciano”, que é um modo relacional, de pensar a cultura, para a discussão dos fenômenos informacionais, ou mais precisamente, dos objetos de investigação do campo de estudos da informação, vistos contemporaneamente como centrais na vida econômica, política e social das sociedades ocidentais, no contexto de um mundo dito globalizado economicamente e mundializado culturalmente.

Para isso o texto parte, em primeiro momento, de uma breve localização de Gramsci em seu contexto histórico, assinalando o lugar da cultura como indissociável de outra categoria essencial do seu pensamento e, especialmente, de seu projeto político: o nacional-popular. Consequentemente, apresenta os conceitos de hegemonia, ideologia, bloco histórico, sociedade civil e intelectuais orgânicos que compõem a rede categorial a partir da qual se constrói a noção de cultura. Em seguida, aponta a presença de Gramsci no arcabouço teórico do campo de estudos da informação para, conclusivamente, discutir algumas perspectivas trazidas para a construção e a apreensão dos objetos informacionais, sinalizando a relevância das noções de ideologia e hegemonia na fundamentação do pensamento sobre a informação pela ótica da cultura.

2. Gramsci: projeto político e contexto sócio-histórico

Por ocasião do Colóquio Internacional Gramsci, realizado em Roma, em 1958, Palmiro Togliatti, líder do Partido Comunista Italiano, insistia sobre dois aspectos da obra de Gramsci. Primeiro, de que este revela traços de um discípulo de Lênin verdadeiramente criador e, segundo, de que sua obra está profundamente ligada à vida. E prevenia contra uma interpretação escolástica dos seus trabalhos históricos, que não podem ser compreendidos senão com referência aos acontecimentos contemporâneos à sua ação política.

Gramsci (1891-1937) vivenciou fatos paradigmáticos da história ocidental e, particularmente, da história italiana, dentre os quais a ascensão do capitalismo financeiro, a crescente mobilização do movimento sindical, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa,

o surgimento do fascismo italiano e o fracasso do movimento operário revolucionário na Europa Ocidental.

A sociedade italiana do começo do século XX, quando ele, nascido na província de Ales, na Sardenha, se muda para Turim, era marcada por uma forte desigualdade econômica e social entre o norte e o sul, pela unificação tardia do seu território- o *Risorgimento*- e pelo acirramento da luta de classes no país.

Tão logo chega a Turim, polo da industrialização italiana, em 1913, Gramsci, que se filia ao Partido Socialista Italiano, começa a se dedicar ao jornalismo, passando a escrever para os periódicos *Il Grido del Popolo* e *Avanti!*, ambos publicados pelo PSI, e mais tarde, para o semanário de cultura socialista *L'Ordine Nuovo*, fundado por ele juntamente com Togliatti e Terracini.

A dedicação ao jornalismo está profundamente vinculada ao projeto político defendido por ele, dentro e fora do partido, o qual propunha a realização de uma vontade coletiva nacional-popular como a realização da própria transformação histórica (ALENCAR, 2017).

Para Gramsci, o modo como o capitalismo se realizou na Itália ocasionou o desenvolvimento de uma cultura elitista conservadora e reacionária, que separou os intelectuais e o povo e negou protagonismo às “classes subalternas”, aquelas que sofrem dominação e são marcadas por sua história desagregada e episódica, no projeto político. Isto fez com que a cultura italiana não tivesse, de fato, um caráter nacional-popular, capaz de expressar as necessidades e os anseios do povo-nação, mas, ao contrário, fosse organizada por uma classe dominante numa perspectiva nacionalista abstrata (GRAMSCI, 1966).

A viabilização do nacional-popular, que realizaria um novo modo de vida, uma nova conduta ética a partir da instauração de uma nova hegemonia de classe (trabalhadora/subalterna), tem como condição, para ele, a realização de uma “reforma moral e intelectual”, em que a cultura é o campo mediador central.

É pensando na ascensão e na realização desta vontade verdadeiramente nacional-popular, enquanto “consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 1978, p. 9) e considerando a informação, a educação e o conhecimento como elementos constituidores da hegemonia política, que Gramsci defende a necessidade de intervenção em todo campo cultural para a realização da *práxis*

revolucionária. É também por isso que ele elege o jornalismo como ferramenta essencial da sua luta política.

Ao se opor às perspectivas reformistas dentro do PSI, ele ressaltava que a necessária revolução a ser protagonizada pelos trabalhadores e trabalhadoras italianos, pelos grupos operários e camponeses, não deveria se circunscrever às dimensões econômicas e políticas, sendo necessário

expandir a dimensão cultural da luta de classes através dos meios de difusão e de ações pedagógicas capazes de denunciar as estruturas excludentes da sociedade capitalista, aprofundar a consciência dos trabalhadores e exigir a transformação radical das relações sociais de produção (MORAIS, 2013, p.5)

A insistência no caráter organizativo da cultura em toda a extensão da vida econômica, política e social e na dialética base-superestrutura se acentua especialmente a partir de 1917, com a Revolução Russa, quando Gramsci dedica-se intensamente a um trabalho político e intelectual junto ao movimento operário, que tinha em vista suscitar condições objetivas e subjetivas para que a Itália passasse por um processo semelhante de transformação.

Para Grisoni e Maggiori (1975, p. 927), “demarcar as maneiras pelas quais se pode realizar a irrupção das massas populares na história” constitui o fundamento do pensamento de Gramsci: “Quando se pode dizer que existem as condições para que uma vontade coletiva nacional-popular possa nascer e se desenvolver?” A busca de resposta a essa questão orienta o conjunto da temática tratada por Gramsci e é a tradução teórica dos problemas que ele enfrentou como militante político e que podem ser assim resumidos:

Por que, nos anos 20, quando a expansão das forças produtivas estava estagnada pela estrutura desgastada das relações sociais capitalistas, a “crise” não resultou na conquista do poder político pelo proletariado revolucionário para a passagem a novos modos de produção e de distribuição, permitindo uma retomada da produtividade, mas ao contrário, resultou numa terrível reação de parte da classe operária e da casta governante, que foi o fascismo? (GRISONI; MAGGIORI, 1975, p. 927).

Quase um século depois, quando novas crises e novos reajustes do sistema capitalista redefinem, a partir da ampliação da dominação econômica e social, o universo do trabalho e o conceito de proletariado; quando se intensificam, renovando-se, as diversas formas de exploração e hierarquização das vidas e se assiste a uma atualização e expansão violenta da ideologia fascista; quando o imperialismo econômico-cultural enfraquece os regimes democráticos de países subalternizados solapando as possibilidades de constituição de um projeto-nacional popular; quando as contra-hegemonias não têm em vista enfrentar as relações constitutivas do capital em sua totalidade, estas questões permanecem atuais e ainda urgentes.

E elas envolvem diferentes dimensões do campo informacional, comunicacional e sociopolítico.

3. Pensando a cultura: conceitos nucleares em Gramsci

A cultura, conforme aponta o verbete homônimo em *Dicionário Gramsci* (2017), não é, no pensamento do intelectual italiano, apenas uma discussão de vasta abrangência, com conotações variadas, mas também um conceito marcadamente móvel que “transborda para âmbitos categoriais diversos, os quais, ao contato com ele, adquirem novo valor” (BARATTA, 2017, p. 171).

Gramsci constrói seu conceito de cultura tanto como “expressão da sociedade” (GRAMSCI, 2007, p. 121), “relação entre a humanidade e a realidade com a mediação da tecnologia” (GRAMSCI, 2007, p. 174), capacidade crítica-reflexiva (GRAMSCI, 1999), folclore, formas determinadas de saber e “modos de pensar a realidade concreta e intervir em sua transformação” (COUTINHO, 1992, p. 14).

Em sua obra teórica sistematizada nos *Cadernos do Cárcere*, a acepção mais acentuada da cultura converge com a noção de “concepção de mundo”, apresentada por Gramsci no âmbito da *Introdução ao Estudo da Filosofia*, que inaugura a edição do primeiro caderno. Questionando a ideia de que a filosofia seja uma atividade intelectual exclusiva de uma determinada categoria de cientistas especializados, ou de filósofos profissionais, considera que “todos os homens são filósofos” (GRAMSCI, 1966, p. 11) na medida em que compartilham de uma linguagem, participam do senso comum e constroem, a partir de sua vinculação social, uma concepção de mundo, ainda que esta não seja construída de forma “consciente”, ou mesmo crítica.

Ao partir desta consideração, Gramsci define os limites e as características desta que ele denomina “filosofia espontânea”, “peculiar a todo o mundo”, isto é, da filosofia que está contida na própria linguagem, compreendida como um conjunto de noções e de conceitos determinados, no senso comum, na religião popular e, conseqüentemente, “em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore” (GRAMSCI, 1999, p. 93). A relação operada entre língua e concepção de mundo tem conseqüência recíproca e ambas têm importância, antes de tudo, por sua origem

e eficácia prática e por sua função organizativa, sendo a constituição de uma língua e uma cultura inseparáveis.

Ao ressaltar que a concepção de mundo está contida no pensamento, na “mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer” (GRAMSCI, 1999, p. 92) e na linguagem, Gramsci elabora o seguinte problema:

é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente” [...] ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (GRAMSCI, 1999, p. 94)

Dessa forma, a concepção do mundo criticamente coerente implicaria necessariamente a consciência da sua historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela se encontra em contradição com outras concepções, ou com elementos de outras concepções.

Considerando, no entanto, que não existe apenas uma filosofia, mas “filosofias” e que existe uma multiplicidade de concepções de mundo, Gramsci afirma que é preciso compreender, então, como ocorre a coexistência de diversos sistemas e correntes de filosofia, como nascem e se difundem; por que nessa difusão seguem certas linhas de separação e certas direções, o que demandaria a difícil tarefa de “sistematizar crítica e coerentemente as próprias intuições do mundo e da vida, fixando um “sistema” (GRAMSCI, 1999, p. 97). A cultura, assim, não poderia ser pensada fora da dialética histórica e como reflexo mecânico das relações da produção da estrutura material das sociedades, devendo ser entendida como sistema e estrutura histórica ligados, dialeticamente, a esta, ao pensamento individual e coletivo sobre a realidade concreta, bem como campo de ação historicamente determinado, que deve ser sistematicamente organizado para sua transformação.

As concepções de mundo produzem uma atividade prática e uma vontade nas quais está contida como “premissa teórica implícita” (GRAMSCI, 1999, p. 98), uma ideologia. Nas palavras de Gramsci (1999, p. 111), é a “organização cultural que movimenta o mundo ideológico”, o que torna necessário, portanto, examinar seu funcionamento prático operado pelas diversas organizações da superestrutura.

Ao trazer maior aprofundamento dialético à compreensão de Marx e Engels sobre a base e a superestrutura, em que a estrutura econômica da sociedade (a base ou infraestrutura) e seu conjunto particular de relações condicionariam a existência de formas da consciência social (superestrutura), Gramsci retoma a noção de ideologia, reformulando-a.

Como modo de reforçar a visão necessariamente dialética do nexos base-superestrutura e a relação indissociável, mediata, determinante e determinada, entre as esferas da produção econômica, da reprodução social e da organização política, Gramsci compreende a ideologia como “força real que altera e modifica a vida humana” (COUTINHO, 1989, p. 113-114), ressaltando sua importância e eficácia histórica (LIGUORI, 2017).

Retomando a identificação de Marx das forças produtivas com o conteúdo e as relações de produção com a forma, ele indica que, na formação de um “bloco histórico”, ou seja, na conjugação entre diferentes forças que compõem a dialética base e superestrutura empreendida pela atividade humana:

as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 1999, p. 238).

Pela dialética da forma e conteúdo, a concepção gramsciana de ideologia pode ser vista como um “médium” (COUTINHO, 1989), um elo que estabelece a associação entre a cultura e a categoria mais original e complexa do pensamento de Gramsci: a hegemonia.

3.1. Hegemonia como eixo conceitual

O conceito de hegemonia é considerado por diferentes especialistas na obra de Gramsci como um “eixo principal” ao qual estão ligados sincronicamente e diacronicamente os demais conceitos presentes em seu pensamento. Conforme indica Gruppi (1978): “em todas as análises realizadas por Gramsci, constato a presença de um fio condutor que as orienta e está presente em todos os Cadernos. Essa constante é, me parece, o problema da hegemonia” (GRUPPI, 1978, p. 11, tradução nossa).

O emprego da hegemonia, que em Lênin estava vinculado à capacidade dirigente do proletariado na etapa da revolução democrático-burguesa, foi reformulado por Gramsci a partir

de uma perspectiva que procurava traduzir a conjugação de direção e domínio conjuntamente na produção histórica de um bloco de forças.

Ao compreender uma classe dominante como dirigente das classes aliadas e como dominante das classes adversárias, Gramsci indica que as classes sociais chamadas de “dominadas” ou “subalternas” participam de uma concepção de mundo imposta pelas classes dominantes, de modo a compartilhar uma ideologia que não corresponde aos seus interesses e à sua função histórica específica. É através da produção e disseminação da ideologia da classe dominante que as classes subalternas, por meio de diferentes canais, organizações e agentes da cultura, como os meios de comunicação, a escola e os intelectuais, incorporam um sistema de representações sociais a partir dos quais os sujeitos concebem o mundo e organizam suas ações e relações.

A hegemonia é, portanto, a orientação cultural, a direção, a dominação e a manutenção do poder exercido pelas classes dominantes através da combinação da força e, sobretudo, da persuasão, da elaboração do consenso ativo para fixação de significados sociais, crenças e variadas formas de construções simbólicas, os quais, dialeticamente, também determinam a dinâmica da infraestrutura econômica.

A hegemonia, neste sentido, envolve a construção de uma significação compartilhada sobre o caráter ou valor universal de um significado ou concepção particular por meio de diversas mediações da superestrutura que velam a sua particularidade (GRAMSCI, 1999).

Ela não é, contudo, um processo estável ou imutável, uma força exercida de modo homogêneo pela classe dominante, já que se trata de um complexo entrecruzamento de forças políticas, sociais e culturais que também produzem contra-hegemonias. A dinâmica da hegemonia e da contra-hegemonia tem no conceito de sociedade civil a portadora material da sua figura social.

3.2.Sociedade civil

Pensando o Estado em um contexto marcado pelas novas formas de ação política do final do século XIX nas sociedades ocidentais, tais como formação de grandes sindicatos, a luta pelo sufrágio universal, os partidos de massa, dentre outros, Gramsci identifica o surgimento de uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado.

Como modo de compreender estas novas formações do campo da política e das determinações das relações de poder na sociedade capitalista, é que ele formula o conceito de “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos de participação política aos quais se adere sem que seja necessário o uso da repressão, que mais tarde ele designaria de “sociedade civil”.

Ele distingue duas esferas essenciais no interior das superestruturas: a “sociedade política” (também chamada por ele de Estado em sentido estrito ou Estado-coerção), composta pelos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e a “sociedade civil”, formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração/difusão das ideologias, as quais compreendem escolas, igrejas, partidos políticos, jornais, editoras, associações profissionais, bibliotecas, dentre outras (GRAMSCI, 1978).

Embora estas duas esferas tenham como função geral conservar ou reproduzir determinada base econômica, elas têm modos diferentes de realizá-la: enquanto na sociedade civil as classes procuram exercer sua hegemonia ganhando aliados para as suas posições mediante a direção política e o consenso, a sociedade política (Estado em sentido estrito) domina mediante o emprego da coerção. Outro ponto de diferenciação entre as duas esferas reside na sua materialidade social-institucional. A sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado e a sociedade civil nos “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, “organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política” (COUTINHO, 1989).

Os aparelhos privados de hegemonia fizeram com que a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas, ganhasse autonomia material em relação ao Estado em função da necessidade de conquistas do consenso ativo e organizado como base para a dominação.

Segundo Coutinho (1989), é essa independência material, ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia, que “funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera dotada de legalidade própria e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção” (COUTINHO, 1989, p. 129).

Na organização hegemônica e contra-hegemônica que toma lugar na sociedade civil, e não se restringe apenas ao nível nacional, englobando, também, o internacional, as organizações materiais da cultura e, especialmente, os intelectuais, são figuras centrais. Para Gramsci, uma ideologia se constrói quando tem os seus elaboradores, os seus intelectuais. Os intelectuais tradicionalmente formados pelo capitalismo seriam, assim, os “funcionários” da hegemonia da classe dominante, ou os “mediadores do consenso” que permitem à classe economicamente dominante ter consciência de si mesma e de sua própria função, tanto no campo social, quanto no campo político (GRAMSCI, 2001).

Ao olhar para o capitalismo industrial, Gramsci afirma que este sistema visa essencialmente os técnicos e os cientistas, ambos ligados à produção. São esses os intelectuais do capitalismo, isto é, ligados intimamente à função produtiva e reprodutiva da economia capitalista. Todo grupo social, quando se afirma no campo econômico, deve elaborar sua própria hegemonia política e cultural, deve criar, portanto, seus próprios quadros, que são seus “intelectuais orgânicos”.

De acordo com ele, os intelectuais são, assim,

os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001, p. 21)

Voza (2017) lembra que a noção de intelectual orgânico foi, dentre as categorias de Gramsci, a mais sujeita a equívocos interpretativos e a uma variedade de redução e simplificação. Para ele, assim como a ideologia não é aparência ou simples mistificação, o intelectual orgânico não pode ser reduzido nem a negativo nem a positivo, a mera vontade e capacidade de produzir consenso, mas “adquire significado em uma peculiar função conectiva-

organizativa: o consenso não é um efeito adicional, está incorporado em formas diferentes e que renovam, naquela função de fundo” (VOZA, 2017, p. 431).

Com uma função organizativa e conectiva, os intelectuais são, assim, mediadores, no sentido de agentes, tanto da construção da hegemonia da classe dominante quanto da reforma política e moral que a transformação histórica, a instituição de uma cultura nacional-popular exige.

4. Gramsci e os estudos da informação

Embora seja uma grande referência para diversos campos do conhecimento, a presença do arcabouço conceitual de Gramsci para a compreensão das dinâmicas informacionais é pouco expressiva no quadro teórico do campo da Ciência da Informação brasileira.

Schneider (2015) evidenciou tal fato em uma pesquisa bibliográfica comparada realizada a partir dos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia- ENANCIB e dos periódicos da área, por meio da qual concluiu que a presença dos referenciais de Gramsci é praticamente inócua no Brasil. Esta conclusão, para ele, deve-se ao fato de sua teoria, ao contrário da de autores como Pierre Bourdieu e Pierre Levy, por exemplo, não ter se convertido em uma referência consolidada dentro do arcabouço conceitual do campo, fato que causa estranhamento na medida em que a cultura, conceito central para os estudos da Ciência da Informação desde a década de 1980, foi amplamente desenvolvida pelo pensador marxista.

Embora seu referencial não tenha se sedimentado em extensão no campo de estudos da informação no país, o emprego de conceitos gramscianos está presente em estudos de Marteleto (1992;1994); Loureiro (2003); Almeida (2008); Schneider (2013); Monteiro (2003) e Almeida Júnior (2018).

Ao problematizar o fenômeno informacional por uma perspectiva sócio-histórica que tem como conceito nucleador a cultura, Marteleto (1994) localiza nos discursos culturais da Modernidade a emergência de uma concepção específica de informação que a caracterizava e instrumentalizava como elemento público ligado à noção de verdade. Essa concepção teve como contexto uma nova organização das formações sociais europeias, marcada “pela expansão da forma capitalista de produção, a organização do Estado e seu aparato jurídico, militar e

burocrático e a formação da esfera que lhe faz face – a sociedade civil – e ainda à institucionalização do progresso científico e tecnológico” (MARTELETO, 1994, p. 117).

É neste contexto histórico, do qual decorre uma relativa autonomização dos campos de produção da cultura, conforme assinalado por Bourdieu (1982) e Habermas (1984), que as instituições culturais, localizadas no que Gramsci definiu como superestrutura, passam a adotar, como lógicas de produção de “vínculos simbólicos e materiais com a realidade” (MARTELETO, 1994, p. 115), as ações de produzir, processar e disseminar informações criando, assim, um “modo informacional” ou uma “lógica cultural informacional” de produção e consumo cultural. Analisando a construção de um discurso crítico da cultura que se desenvolve de forma correlata à ideia de Modernidade, a autora problematiza o modo informacional da cultura a partir dos conceitos de ideologia e hegemonia, estabelecendo o conceito de “cultura informacional”:

o conceito de hegemonia inclui o conceito de cultura como processo global que constitui a visão de mundo de uma sociedade ou de uma época, e o conceito de ideologia como sistema de representações, normas e valores de classe dominante que ocultam sua particularidade, numa universalidade abstrata (MARTELETO, 1994, p. 126).

Schneider (2013) recorre ao pensamento de Gramsci no debate sobre as interfaces entre os campos da ética, da política e da epistemologia e o papel da organização de saberes em cada um deles. Pensando a configuração da Ciência da Informação enquanto um campo, na acepção que faz Bourdieu, o autor situa a especificidade de seu objeto de estudo (a “informação sobre informação” ou meta-informação) assinalando que os diferentes tipos de saberes são atravessados por uma dimensão ética, relacionada ao valor moral; política, atinente ao valor de poder ou teleológico e epistemológica, concernente ao valor de verdade.

Ao ressaltar a distinção epistemológica e histórica entre os saberes do senso comum e científico, ele defende a necessidade de construção de uma teoria sócio-histórica do conhecimento “eticamente comprometida, politicamente atuante, epistemologicamente fecunda” (SCHNEIDER, 2013, p. 69), o que poderia ser feito a partir da lógica dialética de Hegel e de sua apropriação por Marx e Gramsci.

O autor também propõe que as reflexões sobre os intelectuais e a organização da cultura estejam presentes e atuantes na discussão sobre “o papel ético-político-epistemológico das diversas formas de organização dos saberes ao longo da história, sobretudo o da CI atual” (SCHNEIDER, 2013, p. 73).

Pensando também no papel do intelectual no campo da informação, Monteiro e Almeida Júnior (2018), ao ampliarem o conceito de mediador da informação para além do bibliotecário, do arquivista e do museólogo, indicam como este agente pode desempenhar a função de intelectual orgânico comprometido com transformações sociais e como as práticas dos profissionais da informação devem, ao mesmo tempo, serem vislumbradas sob a ótica da produção das hegemonias.

A ligação entre o pensamento de Gramsci e a emergência dos conceitos mediação da informação, mediação cultural e mediadores na Ciência da Informação brasileira são apontadas por Almeida (2008), que apresenta a hipótese de que a gênese destes é a consideração da perspectiva gramsciana de cultura como processo de construção da hegemonia e do papel desempenhado nesta pelos intelectuais, especialmente por conta da influência dos estudos culturais no campo da comunicação e informação na América Latina e no Brasil a partir da década de 1980.

Loureiro (2003) utiliza o conceito gramsciano de hegemonia para compreender as representações da informação geradas e transferidas nas exposições dos museus científicos públicos brasileiros. De acordo com o autor, as exposições museológicas podem ser entendidas como totalidades construídas a partir de representações que articulam o discurso museológico destinado ao social. Para ele, a relação entre ciência e o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo e sua vinculação às classes dirigentes fizeram com que as representações expositivas científicas da maioria dos museus de ciência públicos brasileiros estivessem permeadas por valores e determinações de ordem histórico-cultural e político-ideológica. As representações divulgadas através das exposições seriam constitutivas de valores e determinações de perspectivas científicas que reforçam determinações político-ideológico das classes dominantes.

No cenário internacional, a parca presença de Gramsci é também apontada por Raber (2010), que afirma que o autor tem ainda pouca influência nas pesquisas desenvolvidas no campo norte-americano da *Library and Information Science*.

O emprego dos referenciais gramscianos pode ser visto, no entanto, na década de 1980 pontualmente no trabalho de Harris (1986), que examinou o papel das bibliotecas e da Biblioteconomia na construção e manutenção da hegemonia capitalista nos Estados Unidos, particularmente no que diz respeito às práticas que reforçavam a cultura impressa como um aspecto daquela hegemonia. Ele também apontou as bibliotecas como sujeito histórico que, em

um conjunto de instituições públicas e privadas, constituem os meios de sancionar e distribuir conhecimento público regulado por uma formação social capitalista. Também identificou os bibliotecários com intelectuais orgânicos, geralmente alinhados à classe hegemônica.

Luyt (2007), em seus estudos, reflete sobre a relação entre hegemonia e as bibliotecas ao analisar, por uma perspectiva historiográfica, como durante a Grande Depressão dos anos 1930, a *American Library Association* (ALA) tornou-se ativa na resistência contra o movimento anti-impostos que propunha reduções drásticas de tributos como uma solução para a estagnação econômica. De acordo com o autor, os bibliotecários e suas instituições tornaram-se parte de um conjunto muito mais amplo de forças sociais que reivindicavam uma “economia construtiva”, defendendo o estado de bem-estar social, do qual as bibliotecas se tornaram parte. O trabalho evidencia um aspecto progressista do campo informacional, manifesto em uma “guerra de posições” (outro conceito gramsciano) entre frações conservadoras e progressistas da burguesia americana, uma vez que lidou com os deslocamentos políticos causados pela depressão (RABER, 2010).

Numa perspectiva também historiográfica e crítica, Dick (2007), a partir de Gramsci, ofereceu semelhante análise do papel desempenhado pelas bibliotecas públicas durante as disputas políticas contra o regime do *apartheid* na África do Sul durante os anos 1980. Em virtude da utilização efetiva deste equipamento, bem como da resistência ativa ao violento sistema de segregação racial, bibliotecários e instituições estatais com as quais o regime deveria contar como instrumentos de hegemonia foram transformadas de modo a desempenhar um ambivalente papel progressista contra-hegemônico.

Raber (2010) resgata o trabalho crítico de Strotzman (2007)² sobre vocabulário controlado e controle bibliográfico a partir do conceito de hegemonia, que teve em vista demonstrar a forma como a lista de cabeçalhos de assunto da *Library of Congress* adota representações hegemônicas estereotipadas, especialmente relacionadas aos materiais sobre hispânicos e indígenas.

Na América Latina, os referenciais gramscianos foram eixo fundamental dos estudos de recepção, que redimensionaram os problemas sobre produção, consumo e indústria cultural-comunicacional, tais como foram pensados pela maioria dos teóricos da Escola de Frankfurt.

² SROTTMAN, T. A. Some of our fifty are missing: Library of Congress Subject Headings for Southwestern Cultures and History. *Cataloging & Classification Quarterly*, n. 45, v. 2, 2007.

Estes estudos geraram grande acúmulo teórico-prático no campo dos estudos da comunicação, que também contemplaram questões da informação. Desenvolvidos especialmente por meio da “teoria das mediações” (MARTIN-BARBERO, 1997) e outras perspectivas que dela partiram, eles colocaram, também a partir da influência dos estudos culturais ingleses, os problemas da comunicação, ideologia e informação no campo complexo das práticas constitutivas do social.

A partir dessa discussão, diversos estudos foram realizados sobre o caráter ideológico da comunicação e da informação institucionalizada (especialmente da imprensa, dos meios de comunicação de massa e, mais recentemente, da Internet), seu papel na construção da hegemonia e, sobretudo, da contra-hegemonia, ao considerarem o papel ativo e criativo dos sujeitos e das densas camadas de cultura que atravessam a recepção.

Considerando os conceitos anteriormente apresentados e que compõem a rede categorial a partir da qual Gramsci compreende a cultura aponta-se, conclusivamente, como estes podem contribuir para construir e pensar os objetos do campo de estudos da informação.

5. Conclusões – cultura, ideologia, hegemonia – a questão da informação

A partir de Capurro e Hjørland (2007) é possível perceber como a questão “o que é informação?”, para a qual não se tem resposta absoluta ou definitiva, e com a qual se preocupam diferentes disciplinas, situa-se em uma disputa, de caráter epistemológico e político, que busca definir os objetos científicos, no caso específico, o *objeto informacional*.

Partindo das origens etimológicas latinas e gregas do conceito de informação, desde a Antiguidade Clássica, vinculadas ao sentido de “dar forma a alguma coisa” em um contexto epistemológico e ontológico, ou no sentido de educação e instrução, a compreensão da informação passou por significativas reformulações que têm como marcos históricos principais, no Ocidente: a) a transição da Idade Média para a Modernidade, quando o contexto da informação se altera da matéria para a mente; b) a teoria da informação no século XX, quando a informação deixa de ser um conceito abstrato e demarca-se, a partir da década de 1970, sua natureza digital e seu lugar central na economia (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

O significado destas reorientações paradigmáticas no modo de entender a informação, ou a própria conversão da informação em objeto da ciência, pode ser apreendido tendo como

horizonte as particularidades históricas a partir das quais elas foram produzidas e que estão vinculadas ao desenvolvimento - não homogêneo, contudo hegemônico- do sistema capitalista.

Como demonstrou Marteleto (1994), foi em decorrência de processos decisivos de consolidação de um modo determinado de produção (industrial) que a informação se converte em uma forma específica que “corresponde a uma maneira moderna de acessar os signos, os significados, de construir representações acerca do real” (MARTELETO, 1994, p. 133). Foi também no âmbito de expansão e de superação de crises da acumulação capitalista que, no século XX, a informação é colocada como elemento determinante da produção de valor e os dispositivos de informação e comunicação atingem o centro da vida econômica e política, individual e coletiva.

A partir do pensamento histórico-dialético de Gramsci, é possível perceber de modo mais aproximado, como o capitalismo não se configura apenas como um sistema de produção, mas como toda uma forma de vida social que, a partir da cultura, generaliza e repõe, continuamente, em todas as esferas da existência social e por meio de diversas mediações, processos, significados, estruturas, valores, formas de pensar e agir determinadas pelas exigências de reprodução do capital ou, pela manutenção da hegemonia dos estratos sociais que controlam esse processo.

Em sua dimensão técnica, semiológica, política, econômica e pragmática, os objetos e processos informacionais, ao serem vislumbrados pela ótica da cultura, vista como primeiro momento de definição conceitual da informação, podem ser compreendidos, assim, através da dialética entre infra e superestrutura, na medida em que a informação é processo e produto tanto da produção econômica quanto da reprodução social.

Esta compreensão, por uma perspectiva gramsciana, vislumbra a informação em sua processualidade material e linguística a partir da rede categorial em que os conceitos de cultura, ideologia e hegemonia são inseparáveis e implicados na própria construção dos objetos de investigação.

Conforme assinalou Davallon (2006), os objetos de investigação no campo das Ciências da Informação e da Comunicação, a despeito de serem apresentados como objetos concretos, são complexos técnicos-semióticos ou “compósitos” (DAVALLON, 2006) que devem ser construídos considerando a impossibilidade de apreendê-los abstratamente por si e em si, mas somente tendo em vista a sua materialização, operacionalização e institucionalização na

sociedade, qual seja, pelas mediações que estabelecem, no concreto real e no concreto pensado, as múltiplas determinações, os nexos constitutivos do objeto informacional.

Neste sentido, a construção do objeto informacional que o situa no desenvolvimento das mediações que promovem a interconexão entre a produção material, a produção simbólica e a reprodução social realoca a informação e seus processos sob a perspectiva da totalidade e da historicidade, eliminando tanto o tecnicismo, o economicismo quanto o culturalismo em sua compreensão.

Assim, considerar o elo indissociável entre cultura-ideologia-hegemonia permite, nos termos gramscianos:

- a) pensar os objetos informacionais a partir das lógicas organizativas da produção hegemônica das sociedades capitalistas, cuja base de reprodução é material e ideológica;
- b) vislumbrar, a partir das formas dos dispositivos informacionais, em sua relação dialética com o conteúdo, mediações do processo de organização global da hegemonia econômica e política;
- c) apreender, nos cenários de práticas informacionais e comunicacionais que se disseminam, as determinações ideológicas vinculadas à esfera da recriação contínua das fronteiras do sistema capitalista, com vistas à sua expansão;
- d) situar a informação nos confrontos simbólicos pela direção moral e intelectual, na instituição de quadros de significados particulares que se apresentam como universais e que atuam na produção e reprodução da vida e da realidade simbólica-material;
- e) perceber o papel organizativo dos intelectuais, sua vinculação com a construção do nacional popular e, ao mesmo tempo, a falência dessa função em uma sociedade que vai ocultando as “mediações”;
- f) compreender as organizações da sociedade civil como espaço de produção de contra-hegemonias, mas também de consensos a partir da produção e circulação da informação.

Além destas questões que carecem de atenção e desenvolvimento, é possível vislumbrar, por meio das contribuições de Gramsci, diversas outras problemáticas que cercam o campo de estudos da informação e que se ocupam da dimensão social, histórica e cultural do objeto informacional.

Referências

- ALENCAR, M. M. T. D. Gramsci e o nacional-popular no âmbito da cultura. **O Social em Questão**, [s.l.], n. 39, p. 185-210, 2017.
- ALMEIDA, M. A. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-24, 2008.
- BARATTA, G. Cultura. In: LIGUORI, G; VOZA, P. **Dicionário Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 171-174.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- CAPURRO, R; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- DAVALLON, J. Objecto concreto, objecto científico, objecto de investigação. **Prisma.com**, [s.l.], n. 2006.
- DAY, R. E. **The modern invention of information: discourse, history and power**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001.
- DICK, A. L. The books were just the props: public libraries and contested space in the Cape Flats Townships in the 1980's. **Library Trends**, [s.l.], n. 55, v. 3, 2007.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: os intelectuais: o princípio educativo: jornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: temas de cultura: ação católica: americanismo e fordismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 2.ed. v. 4.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRISONI, D.; MAGGIORI, R. L'actualisation de l'utopie. **Les Temps Modernes**, [s.l.], n. 343, 1975.
- GRUPPI, L. **El concepto de hegemonía en Gramsci**. Ciudad de Mexico: Ediciones de Cultura Popular, 1978.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, S. Gramsci and us. *In*: JAMES, M. (ed.). **Antonio Gramsci**. Londres: Routledge, 2002, p. 227-238

HARRIS, M. State, class and cultural reproduction: toward a theory of library service in the United States. **Advances in Librarianship**, New York, n. 14, p. 211–52, 1986.

LIGUORI, G. Ideologia. *In*: LIGUORI, G; VOZA, P. **Dicionário Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 397-401.

LOUREIRO, J. M. M. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 88-95, jan./abr. 2003.

LUYT, B. The ALA, public libraries and the great depression, **Library History**, [s.l.], n. 23, p. 86-96, 2007.

MARTELETO, R. M. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. **R. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 115-137, jul./dez. 1994.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MORAIS, D. O jornalista Antonio Gramsci. **Blog da Boitempo** Editorial, 2013, p. 1-9. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2013/11/27/o-jornalista-antonio-gramsci/>. Acesso em 20-06-2018.

MONTEIRO, C. A. B.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Intelectual orgânico como mediador da informação: algumas considerações acerca de um diálogo possível. **Incid: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/27401>>. Acesso em: 20 maio 2018.

RABER, D. Hegemony, historical blocs, and Capitalism: Antonio Gramsci in Library and Information Science. *In*: LECKIE, G. J.; GIVEN, L. M.; BUSCHMAN, J. E. (org). **Critical theory for library and information science**: exploring the social from across the discipline. Santa Barbara: Librarians Unlimited, 2010. p. 143-160.

SCHNEIDER, M. Referências cruzadas 2: Marx e a Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais[...]**. João Pessoa: ANCIB, 2015, p.1-15.

_____. Ética, política e epistemologia: interfaces da informação. *In*: ALBAGLI, S. (org.). **Fronteiras da ciência da informação**. Rio de Janeiro: IBICT, 2013. p. 57-77.

VOZA, P. Intelectual orgânico. *In*: LIGUORI, G; VOZA, P. **Dicionário Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 431-435.

Artigo submetido em: 19 jan. 2018

Artigo aceito em: 12 fev. 2019